

02

RESISTÊNCIA DAS MULHERES CONTRA O AUTORITARISMO NO BRASIL, NAS FILIPINAS E EM ROJAVA (NORTE DA SÍRIA)

*Daryl L. Leyesa**

Daryl L. Leyesa é membro-convocadora do Pambansang Kongreso ng Kababaihan sa Kanayunan (Congresso Nacional Rural Feminino, ou PKKK) nas Filipinas.

O PKKK é uma coligação de 326 organizações, que representa a agenda de mulheres e meninas que atuam na área da agricultura e pesca, são trabalhadoras rurais ou fazem parte de povos indígenas.

* A autora elaborou este artigo seguindo uma metodologia participativa, com a contribuição de Michela Katuscia Calaça Alves dos Santos, engenheira agrônoma e coordenadora nacional do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil; Salima Tasdemir, ativista e pesquisadora independente curda baseada no Reino Unido; e Mary Ann Manahan, pesquisadora ativista feminista filipina, membro da Marcha Mundial das Mulheres-Filipinas, e voluntária do KATARUNGAN (Justiça) e RIGHTS (Instituto dos Pobres da Zona Rural pela Terras e Serviços de Direitos Humanos). As suas contribuições e relatos foram coletados através de questionários e/ou teleconferências em fevereiro e março de 2019.

"[A]s mulheres estão no cerne dos sistemas de transformação e estão a assegurar as suas próprias alternativas. Portanto, não se trata apenas de resiliência, mas também de resistir às estruturas e sistemas atuais, e reivindicá-los como próprios."

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Joana Rocha Dias (Associação de Cooperação e Desenvolvimento, ACTUAR-ACD), Andrea Nuila e M. Alejandra Morena (FIAN Internacional) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |

Cedida por [JINWAR Free Women's Village](#)

1 Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres. *Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas rurais: Conclusões em acordo*. CSW Sexagésima-segunda sessão, de 12 a 23 de março de 2018. para.17, em inglês.

2 *Ibid.* p. 16, para yy.

3 Rojava refere-se ao Curdistão Ocidental, localizado no norte da Síria. Em 2012, os curdos declararam sua autonomia e implementaram o Confederalismo Democrático, que promove um sistema não-estatal de democracia de base, descentralização, igualdade de género e sustentabilidade ambiental. Desde 2016, a região passou a ser oficialmente chamada de Federação Democrática do Norte da Síria (DFNS) para refletir a sua diversidade étnica, religiosa e cultural.

Em 2018, a Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (UN CSW 62) “reafirmou o direito à alimentação e reconheceu as contribuições cruciais das mulheres da zona rural para economias locais e nacionais, para a produção de alimentos, e para a garantia de segurança alimentar e melhoria da nutrição, em particular nas regiões mais pobres e vulneráveis”.¹ A CSW 62 da ONU também instou os Estados a “fortalecer e construir a resiliência e a capacidade de adaptar-se de todas as mulheres e meninas da zona rural para que possam responder e recuperar-se de choques económicos, sociais e ambientais e desastres, emergências humanitárias e os impactos adversos da mudança climática”.² De facto, as múltiplas crises da década passada mostraram como a imagem de vítima das mulheres foi transformada numa imagem de sobrevivente e auxiliadora, de pessoas que assumem a tarefa de garantir a segurança e a subsistência da família e da comunidade, especialmente de garantir os alimentos.

O que não tem sido suficientemente reconhecido é como essas crises são igualmente afectadas pelo clima político. A ascensão de líderes populistas e governantes autoritários que defendem a política de direita, o chauvinismo nacionalista e as políticas neoliberais ameaçam as mulheres e meninas, a soberania alimentar e os direitos humanos de forma mais ampla.

Como podemos esperar que os governos apoiem a resiliência de mulheres e meninas em áreas rurais em contextos onde o populismo de direita e o autoritarismo estão em ascensão? Três mulheres ativistas discutem essa contradição com base nas experiências de mulheres que vivem no Brasil, nas Filipinas e em Rojava, uma região no norte da Síria.³

“As mulheres querem promover mudanças”, diz a brasileira Michela Katiuscia Caça Alves dos Santos. Para promover essas mudanças, as mulheres “não têm outra escolha senão opor-se, expor-se, propor”, diz Mary Ann Manahan, das Filipinas. A narrativa de mudanças das mulheres precisa ser ouvida para que elas possam combater afirmações falsas de governantes autoritários de que eles são a mudança que as pessoas querem. Então, o que querem as mulheres? “As mulheres curdas estão a tentar afirmar a sua autonomia”, diz Salima Tasdemir, uma ativista curda. No caso das mulheres curdas, autonomia significa institucionalizar o Confederalismo Democrático,⁴ um paradigma social comprometido com a liberação das mulheres e uma sociedade ecológica, enquanto que nos dois primeiros casos, nas Filipinas e Brasil, as mulheres estão a encontrar muitas outras maneiras de desafiar o status quo.

Embora existam diferenças significativas entre esses três casos, essas ativistas apresentam uma mensagem comum clara: as mulheres estão no cerne dos sistemas de transformação e estão a assegurar as suas próprias alternativas. Portanto, não se trata apenas de resiliência, mas também de resistir às estruturas e sistemas atuais e reivindicá-los como próprios.

RESISTÊNCIA AOS REGIMES AUTORITÁRIOS

As mulheres nesses três países enfrentam uma ameaça comum, com consequências concretas na vida das suas comunidades: a ascensão do autoritarismo explícito e tácito nos seus respectivos governos.

Os curdos foram submetidos a massacres, assimilação e discriminação dentro dos quatro países (Turquia, Irão, Iraque e Síria) que compõem a sua terra natal. A identidade, cultura e língua curdas foram suprimidas. Na Síria, centenas de milhares de curdos foram privados da cidadania síria.⁵ As regiões curdas são sempre as regiões mais subdesenvolvidas devido à política deliberada de negligência dos Estados. A deslocação forçada e a deflorestação das matas lideradas pelo Estado afectaram a vida da população local devido à perda de gado e à destruição de lavouras e pomares, instrumentos agrícolas e outros bens. A terra e os recursos naturais dos curdos foram incendiados e destruídos pelos governos da Turquia e da Síria como parte de um projeto de ‘turquificação’ e ‘arabização’ das terras curdas. A privação económica nas regiões curdas está associada à privação sociocultural resultante de práticas patriarcais tradicionais, que colocam o ónus do subdesenvolvimento regional desproporcionalmente sobre os ombros das mulheres. Na Síria, as condições que surgiram com o conflito iniciado em 2011 levaram os curdos a declararem a autonomia. Os curdos começaram a implementar o Confederalismo Democrático, que, como descrito acima, oferece uma alternativa às mulheres. Apesar disto, as pessoas na região ainda sofrem em vários níveis. O embargo económico imposto principalmente pela Turquia, mas vivenciado por quase todos os lados,⁶ significa um acesso limitado a alimentos e a outros meios necessários para a sobrevivência, como água e eletricidade. No contexto de uma guerra em curso nas regiões curdas, as mulheres enfrentam múltiplas discriminações: “Elas são discriminadas por causa da sua identidade étnica e porque são mulheres. Elas são alvo das autoridades estatais e oprimidas pelas estruturas patriarcais das suas próprias sociedades”, diz Salima.

Nas Filipinas, o presidente Rodrigo R. Duterte, que assumiu o poder em 2016 e foi reeleito em 2019, mantém um ataque contínuo aos direitos humanos e aos defensores dos direitos humanos, à democracia liberal e ao processo jurídico justo. Duterte

4 Confederalismo Democrático é um paradigma social não-estatal, baseado em três pilares ideológicos: democracia radical, igualdade de género e ecologia. Para mais informações, consulte: Ocalan, Abdullah. Confederalismo Democrático. Edição da Iniciativa Internacional, 2011. Disponível em inglês em: www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2012/09/Ocalan-Democratic-Confederalism.pdf.

5 Para mais informações sobre os curdos sem pátria na Síria, consulte: Human Rights Watch. Síria: *The Silenced Kurds* (Os curdos silenciados). Outubro de 1996. Disponível em inglês em: www.hrw.org/reports/1996/Syria.htm; KurdWatch. *Stateless Kurds in Syria: Illegal invaders or victims of a nationalistic policy?* (Curdos sem Estado na Síria: Invasores ilegais ou vítimas de uma política nacionalista?). Março de 2010; Habitat International Coalition. *Systematic Housing and Land Rights Violations against Syrian Kurds* (Violações sistemáticas dos direitos de habitação e direitos de terras contra os curdos sírios). Submetido ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos para a décima-segunda sessão da Revisão Periódica Universal, 17 de março de 2011. Disponível em inglês em: <https://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/session12/SY/HIC-HabitatInternationalCoalition-eng.pdf>.

6 Ayboga, Ercan. “Total Embargo!” ISKU Informationsstelle Kurdistan, 29 de janeiro de 2017. Disponível em inglês em: mesopotamia.coop/total-embargo/.

7 Como citado pela Human Rights Watch, o governo registou cerca de 4.948 suspeitos de uso ou tráfico de drogas que morreram durante operações policiais de julho de 2016 a setembro de 2018. No entanto, a Polícia Nacional das Filipinas também informou que cerca de 22.983 mortes semelhantes estão na categoria “homicídios sob investigação.” Para mais informações, consulte: www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/philippines.

8 Philippine Human Rights Information Center (Centro Filipino de Informação sobre Direitos Humanos, ou PhilRights). “The War on the Poor: Extrajudicial Killings and their Effects on the Urban Poor Families and Communities - Findings of the 2017-2018 Documentation of Extrajudicial Killings (EJKs) committed under the so-called War on Drugs of the Duterte Administration” (Guerra contra os pobres: execuções extrajudiciais e os seus efeitos

sobre as famílias e comunidades pobres urbanas. Relatório de documentação de execuções extrajudiciais cometidas sob a chamada Guerra contra as Drogas 2017-2018). Cidade de Quezon, Filipinas, setembro de 2018.

9 Fuertes-Knight, Joanna. "Attacks on the media show Duterte's Philippines is heading for despotism" (Ataques aos *media* mostram que as Filipinas de Duterte estão a caminhar para o despotismo). *The Guardian*, 15 de fevereiro de 2019. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/commentisfree/2019/feb/15/attacks-media-duterte-philippines-rappler-maria-ressa.

10 Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, pessoas transgênero, travestis, pessoas intersexuais e gênero *queer*. Para mais informações sobre discriminação à comunidade LGBTTIQ e como ela se está a organizar, leia o artigo "É hora de sair do armário: diversidade de gênero no sistema alimentar", nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

11 Para um exemplo concreto do impacto das regras do comércio global na soberania alimentar, leia: Rachmi Hertanti. "INSIGHT 8.1 An Experience from Indonesia: Trade Agreement Preys on Peasants and Food Sovereignty" (INSIGHT 8.1 Uma experiência na Indonésia: Acordo comercial prejudica camponeses e a soberania alimentar. *Right to Food and Nutrition Watch* (2017): 82-83. Disponível em inglês em: www.righttofoodandnutrition.org/files/R_t_F_a_N_W_2017_ENG_8.pdf.

12 A presidente eleita democraticamente, Dilma Rousseff, foi retirada do poder em 31 de agosto de 2016, após um processo de impeachment amplamente considerado como um 'golpe parlamentar'

13 Organizações da sociedade civil recolheram cerca de 35.000 assinaturas em todo o mundo através de uma petição online para exigir que o Bolsonaro trouxesse de volta o CONSEA. Numa derrota política para o governo, o Congresso recriou o CONSEA, mas ainda não está claro qual será o seu formato. FIAN International. "Bolsonaro Shuts Down National Council for Food Security and Nutrition" (Bolsonaro fecha o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). FIAN International News, 15 de junho de 2019. Disponível em inglês em: www.fian.org/en/news/article/bolsonaro-shuts-down-national-council-for-food-security-and-nutrition-2162.

venceu por uma grande maioria dos votos com uma campanha cujo slogan era "a mudança está a chegar" e com a promessa de promover uma guerra contra as drogas. Três anos depois, Duterte foi apelidado de "carrasco", com mais de 20.000 vidas eliminadas nesta guerra⁷ A maioria são homens que vêm de comunidades urbanas pobres e deixam para trás viúvas que têm que cuidar das suas famílias sozinhas.⁸ "Não há mais a separação dos três ramos do governo, e Duterte depôs a única juíza do Supremo Tribunal que era mulher e substituiu-a por seu próprio candidato. O relator especial da ONU sobre a independência dos juizes e advogados, Diego García-Sayán, criticou o governo, mas outras organizações internacionais permaneceram em silêncio", diz Mary Ann. Muitos dos críticos mais ferrenhos de Duterte são mulheres — incluindo a senadora Leila de Lima e a jornalista Maria Ressa, ambas acusadas de crimes; Lima está encarcerada e Ressa foi libertada sob fiança.⁹ No clima político criado por Duterte, jornalistas e ativistas também são humilhados por serem mulheres pelo próprio presidente e seus seguidores, especialmente online — comentários carregados de ódio sobre sua aparência, gênero e sexualidade — e ameaças de violência sexual.

No Brasil, Michela descreve como o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que assumiu o poder no início deste ano, "designou-nos como inimigojjs". "Os militares", acrescenta, "agora ocupam todos os espaços estratégicos do governo, incluindo a vice-presidência e a assessoria direta do presidente do Supremo Tribunal". Conservadores religiosos também ocupam posições influentes no governo, incluindo o antigo Ministério dos Direitos Humanos, renomeado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O atual governo promove um clima de impunidade para crimes de ódio e representa o medo, a violência e mortes para muitos grupos marginalizados, incluindo as mulheres, os membros da comunidade LGBTTIQ,¹⁰ camponeses, negros e povos indígenas.

RESISTÊNCIA A PARADIGMAS NEOLIBERAIS

Ao mesmo tempo em que esses Estados exibem uma forte propensão à repressão; eles afrouxam o controle sobre o sector privado. Seguindo a agenda do neoliberalismo, as suas políticas governamentais favorecem os interesses do mercado sob o disfarce de melhorar os serviços e ampliar as escolhas económicas. A privatização dos serviços sociais sobrecarrega as mulheres, que têm de lidar com o aumento dos custos de vida e com a falta de proteção social e de programas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos. A liberalização das políticas de comércio na agricultura facilitaram a mudança da produção de alimentos para o consumo local para a produção de alimentos para exportação,¹¹ e isso marginaliza o papel das mulheres em várias atividades da produção de alimentos.

No Brasil, "desde o golpe de 2016¹² não estamos mais a exigir políticas públicas progressistas, mas a defender direitos e políticas existentes. São governos que reúnem duas plataformas políticas: o Estado mínimo nas políticas sociais e o conservadorismo nos valores", explica Michela. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado pelo governo do Partido dos Trabalhadores para apoiar a agricultura familiar, foi rebaixado para uma Secretaria Especial em 2016. E uma das primeiras decisões de Bolsonaro foi desmantelar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), um excelente exemplo mundial de estruturas representativas de governança alimentar que se concentram em grupos que sofrem de insegurança alimentar.¹³ Teme-se que os modelos do agronegócio sejam promovidos ainda mais sob a liderança do novo presidente.

“A concorrência do livre mercado terá um impacto negativo sobre as mulheres — isso as deslocará, reduzirá o seu rendimento e as forçará a deslocar-se para outros sectores económicos”, adverte Mary Ann, comentando as ações recentes do governo filipino para intensificar políticas neoliberais e de ajuste estrutural. A promulgação da *Lei de Tarifação do Arroz*, em fevereiro de 2019, efetivamente removeu todas as restrições às importações de arroz. O sector do arroz mantinha as suas restrições quantitativas sob o Acordo da Organização Mundial do Comércio sobre a Agricultura, porque é a principal cultura agrícola nacional e um bem de primeira necessidade para o país. No entanto, a crise dos preços do arroz de 2018 foi usada como justificativa para abrir o mercado para o arroz mais acessível de outros países. Isso deixa os produtores de arroz filipinos vulneráveis à necessidade de mudar para outras culturas ou não utilizar a terra se não conseguirem competir com as importações de arroz mais baratas. Um agravante é que os agricultores muitas vezes não detêm o título das suas terras. Após trinta anos de reforma agrária, 600.000 hectares permanecem sem distribuição.¹⁴ As mulheres agricultoras, cujos direitos integrais à terra foram reconhecidos pela lei apenas em 2009, agora têm que lidar com questões de conversão e apropriação de terras. Isso pode ter um vínculo com a política do Banco Mundial de reforma agrária assistida pelo mercado (MARL), que enfraqueceu o papel do Estado na aquisição e distribuição de terras pelo mesmo programa.¹⁵ “Isso não surpreende porque o governo segue as políticas do Banco Mundial. O presidente também prioriza o financiamento da China¹⁶ para projetos de grande escala em mineração e energia”, acrescenta Mary Ann.

Em relação às terras curdas, Salima igualmente expressa a sua preocupação sobre os chamados projetos de desenvolvimento regional que não aderem aos padrões de patrimônio ambiental, social e cultural. “Grandes empresas internacionais operam na Turquia, e grande parte das que operam a nível nacional têm contrapartidas internacionais que as apoiam em projetos de ‘desenvolvimento social’ que acabam destruindo os recursos naturais onde vivem os curdos.”¹⁷ Vivendo principalmente em regiões rurais, o povo curdo tem sido particularmente afectado pela construção de barragens, migração forçada e deslocação. Isso não pode ser dissociado dos esforços do Estado turco para desmobilizar a luta curda. Políticas similares contra terras curdas e recursos naturais também foram implementadas pelo governo sírio.

RESISTÊNCIA AO SEXISMO

Mary Ann descreve o líder das Filipinas como o epítome do movimento antimulheres: “ele é misógino, objetifica as mulheres nos seus discursos, faz piadas sobre o estupro e defende estereótipos de género”. Já na eleição presidencial de 2016, grupos de mulheres entraram com um processo para denunciar a violação da *Magna Carta das Mulheres* (MCW, na sigla em inglês)¹⁸ por Duterte. A MCW foi aprovada para implementar a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e serve como uma lei abrangente sobre os direitos humanos das mulheres no país.¹⁹ Tecnicamente, as mulheres venceram o processo, mas a decisão não pôde ser executada depois que Duterte ganhou a presidência e estabeleceu controle político sobre os três ramos do governo. O processo judicial nem mesmo dissuadiu o presidente de fazer comentários sexistas, por exemplo, oferecendo “42 virgens” a investidores e visitantes²⁰ e dizendo a soldados que disparassem nas vaginas das mulheres rebeldes porque, sem elas, “as mulheres seriam inúteis”.²¹ Como mencionado anteriormente, as mulheres também sofrem as consequências das execuções extrajudiciais na guerra contra as drogas. Milhares de mulheres tornaram-se mães solteiras de crianças cujos pais foram assassinados, enquanto mandatos de prisão ilegais levaram algumas mulheres, às vezes muito

14 Manahan, Mary Ann. “Introduction: Part One Thirty Years of Agrarian Reform under CARP/ER Is there Reason to Celebrate?” (Introdução: Parte Um Trinta Anos de Reforma Agrária sob o CARP/ER - Existe motivo para comemorar?) *Repormang Agraryo at Pagbabago, Narratives of Agrarian Conflicts, Transitions and Transformation*. (Repormang Agraryo em Pagbabago, Narrativas de Conflictos Agrários, Transições e Transformação. Quezon City: Focus on the Global South, (Cidade de Quezon: Foco no Sul Global), 2018, p.19.

15 Manahan, Mary Ann. *Banking on the Rural Poor?: Critical Insights and Policy Questions on Foreign Aid and Agrarian Reform in the Philippines*. Focus on Poverty (Investimento nos pobres da zona rural? Perspectivas críticas e questões políticas sobre a ajuda exterior e Reforma Agrária nas Filipinas. Focus on Poverty. Disponível em inglês em: www.focusonpoverty.org/download/reports/Banking%20on%20the%20Rural%20Poor.pdf.

16 Para mais informações sobre o impacto das intervenções da China, bem como das actividades de empresas industriais chinesas, sobre o direito à alimentação e nutrição das comunidades locais, especialmente os pescadores e pescadoras, nas Filipinas, Indonésia e Sri Lanka, consulte: FIAN International, People’s Movement against Port (PMAPC, Movimento Popular contra o Porto), e Associação de Pescadores Tradicionais (KNTI). *China’s Extraterritorial Obligations vis-a-vis the Right to Adequate Food and Nutrition of Fishers in the Philippines, Indonesia, and Sri Lanka - Joint Submission to the UN UPR of China* (Obrigações extraterritoriais da China vis-à-vis o direito à alimentação e nutrição adequadas de pescadores nas Filipinas, Indonésia e Sri Lanka - Apresentação Conjunta para a UPR da China na ONU). (Terceiro ciclo /31a sessão). 31 de novembro de 2018. Disponível em inglês em: www.upr-info.org/sites/default/files/document/china/session_31_-_november_2018/js38_upr31_chn_e_main.pdf.

17 Um exemplo é o projecto da barragem e Fábrica Hidrelétrica de Ilisu, no rio Tigre, planeado na região sudeste, habitada na sua maioria por curdos na Turquia, como parte do projecto de grande escala ‘Projecto Sudeste de Anatólia’ (GAP). Este projecto deveria melhorar a situação socioeconómica da região através do fornecimento de energia hidroelétrica e irrigação. Em 2005, empresas alemãs, suíças e austríacas envolveram-se. No entanto, em 2009, de-

vido ao fracasso do governo turco em respeitar os padrões exigidos de protecção ambiental, social e da herança cultural, e grandes protestos internacionais, algumas das empresas recuaram. Para mais informações, consulte: Hasankeyf'i Yaşatma Girişimi. *Report on the current status of the Ilisu Dam and Hydroelectric Power Plant Project and the counter campaigns* (Relatório sobre o estado actual do Projecto da Barragem e Fábrica Hidreléctrica de Ilisu e as campanhas de protestos). 27 de maio de 2019. Disponível em inglês em: www.hasankeyfgirisimi.net/?p=861.

18 Comissão filipina sobre as mulheres. *Magna Carta das Mulheres*. Filipinas: Gabinete do Presidente. Disponível em: pcw.gov.ph/sites/default/files/documents/laws/republic_act_9710.pdf.

19 Também conhecida como Lei da República 9710, promulgada em 14 de agosto de 2009 pelo 14º Congresso.

20 Al Jazeera News. "Duterte offers 42 virgins to visitors of the Philippines" (Duterte oferece 42 virgens a visitantes das Filipinas). 27 de janeiro de 2018. Disponível em inglês em: www.aljazeera.com/news/2018/01/duterte-offers-42-virgins-visitors-philippines-180127074930801.html.

21 Ellis-Petersen, Hannah. "Philippines: Rodrigo Duterte orders soldiers to shoot female rebels 'in the vagina'" (Filipinas: Rodrigo Duterte ordena que soldados disparem sob mulheres rebeldes 'na vagina'). *The Guardian*, 13 de fevereiro de 2018. Disponível em inglês em: www.theguardian.com/world/2018/feb/13/philippines-rodrigo-duterte-orders-soldiers-to-shoot-female-rebels-in-the-vagina.

22 Regencia, Ted. ":#BabaeAko: Philippines' Duterte 'intimidated by strong women'" ('Duterte', das Filipinas, intimidado por mulheres fortes). *Al Jazeera News*, 30 de maio de 2018. Disponível em inglês em: www.aljazeera.com/news/2018/05/babaeako-philippines-duterte-intimidated-strong-women-180530131100613.html.

23 DW News. "Brazil Arrests hundreds for violence against women" (Brasil prende centenas por violência contra as mulheres). 25 de agosto de 2018. Disponível em inglês em: www.dw.com/en/brazil-arrests-hundreds-for-violence-against-women/a-45218982.

24 Para mais informações, visite: jinwar.org/de/home-3/.

jovens, a usarem os seus corpos em troca da libertação dos seus parceiros, maridos ou pais, uma prática apelidada de 'sexo pela liberdade'. As mulheres vivem em constante medo e insegurança, e isso pode tornar-se ainda pior para as mães se o projeto de Redução a Idade Mínima de Responsabilidade Criminal (MACR, na sigla em inglês) de 12 a 9 anos, que é prioridade do governo, for aprovado. Essas questões estimularam o surgimento de várias formas de resistência e alianças táticas entre mulheres e grupos feministas, como a campanha nas redes sociais #BabaeAko (eu sou mulher) (inspirada pelo movimento #MeToo)²² e o trabalho da Marcha Mundial das Mulheres-Filipinas.

O Brasil também tem um presidente abertamente misógino. Como deputado federal, ele disse a uma deputada: "Eu não sou violador, mas, se fosse, não te iria violar porque não mereces". Segundo Michela, as forças religiosas "legitimaram a violência contra as mulheres e a comunidade LGBTTIQ, o retorno das mulheres à esfera doméstica e muitos outros retrocessos em nome de Deus e da família".

A incidência de violência contra as mulheres aumentou nos últimos anos. A partir de 2017, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um aumento de 8% no número de violações, para 60.018 casos, e cerca de 1.133 feminicídios.²³ Questões de bem-estar e acesso a recursos continuam a sobrecarregar as mulheres no Brasil, especialmente no campo. Como Michela enfatiza, "as mulheres são as primeiras a sofrer o impacto da falta de água e comida, porque são elas que têm que procurar soluções. Têm que viajar longas distâncias em busca de água para as suas famílias. Também são as primeiras a ficar sem comida para que os seus filhos e maridos comam.

Segundo Michela, a situação da água piorou desde o golpe de 2016, com a eliminação de programas públicos para regiões semiáridas que eram executados em parceria com a sociedade civil, priorizando mulheres em todos os níveis (treino, acesso à água, produção agroecológica, entre outros). Michela conclui que o Estado abandonou as famílias rurais e as periferias urbanas: "O discurso conservador do governo nada mais é do que a expressão de política económica de um Estado menor, com menos direitos e mais responsabilidades para as mulheres, que deveriam fazer as tarefas de graça como se fosse uma obrigação amorosa, sem direitos sexuais e com uma forte agenda contra a saúde sexual e reprodutiva". O governo de Bolsonaro defende a visão de que o feto é um sujeito de direitos desde o momento da concepção. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos recusa-se a debater as razões pelas quais tantas mulheres morrem em abortos clandestinos, procurando criminalizá-las. Segundo Michela, o tipo de família que o atual governo defende é branca, urbana e heteronormativa.

Salima explica que as mulheres foram sistematicamente enfraquecidas pelas formas institucionalizadas do patriarcado, da família ao Estado. A situação das mulheres é agravada pelos conflitos em curso nas regiões curdas. As mulheres curdas foram submetidas a violência sexual e outras formas de violência. Algumas mulheres e meninas, por exemplo, estão sendo capturadas pelo ISIS e submetidas à escravidão sexual como uma tática de guerra. É por isso que em Rojava as mulheres estão a liderar ações por conta própria e estão a organizar assembleias de autodefesa e educação. Elas criaram um espaço seguro para mulheres que sofreram violência devido à guerra ou outras formas de opressão patriarcal.²⁴

Quando Rojava declarou a sua autonomia, foram proibidos os "assassinatos de honra", casamentos forçados, casamentos de crianças, poligamia e outras formas de violência contra as mulheres. Foi observado que "antes da Revolução de Rojava, o sistema predominante de gênero controlava rigorosamente as mulheres e restringia sua capacidade de fazer qualquer coisa, excepto a criação de filhos e o trabalho doméstico". Isso mudou sob a nova constituição, efetivamente substituindo o antigo sistema patriarcal, afirmando o direito das mulheres de participar em todas as áreas e esferas da vida.²⁵

EM DEFESA DA SOBERANIA ALIMENTAR

É nesse contexto interligado de autoritarismo, neoliberalismo e sexismo que os movimentos de mulheres do Brasil, Filipinas e Rojava demonstram a sua resistência. Ao fazê-lo, as mulheres estão plantando sementes de esperança ao remover as barreiras à soberania alimentar.

A resistência, segundo Michela, significa construir um sistema alimentar diferente do promovido pelas empresas multinacionais. Essa mensagem ecoa de ativistas da soberania alimentar como organizações agroecológicas, camponeses, La Vía Campesina e sindicatos rurais, bem como de trabalhadores urbanos, partidos políticos de esquerda e movimentos feministas e da comunidade negra. Não há melhor maneira de garantir uma alimentação adequada para todos do que fortalecer os agricultores familiares, os camponeses e as populações tradicionais. A resistência contra os agronegócios, no entanto, não é apenas uma luta nacional. A solidariedade internacional é importante, especialmente proveniente de outros movimentos sociais que conhecem a importância da natureza, das sementes transmitidas de geração em geração por camponeses, da alimentação real e da agroecologia.²⁶ Michela enfatiza que "essa luta não só enfraquecerá o autoritarismo e ampliará a participação popular, mas também beneficiará o planeta, que sofre com os efeitos da mudança climática".

As mulheres curdas estão a implementar sistemas alimentares autônomos e estruturas governamentais que estão alinhadas com o Confederalismo Democrático.²⁷ Comprometidas com a libertação das mulheres e com uma sociedade ecológica e democrática, as mulheres curdas garantem espaços separados e seguros para as mulheres, mas não desprezam os espaços compartilhados com os homens. Elas constroem cooperativas exclusivas para mulheres que desenvolvem o seu próprio sistema alimentar e operam padarias, restaurantes, comércio da produção e bens agrícolas. Salima reitera: "as mulheres criaram cooperativas de mulheres e outras instituições lideradas por mulheres para garantir seu direito à alimentação e nutrição." Ela reconhece que isso é um processo liderado "pelas mulheres, para as mulheres".

Os agricultores filipinos poderiam identificar-se com essa visão de autonomia, especialmente em termos de poder exercer controle sobre o seu próprio espaço ou território. A demanda urgente de soberania alimentar nas Filipinas é para que os camponeses e as mulheres nas áreas rurais tenham controle sobre as suas terras e recursos costeiros. Isso permitirá que eles promovam a agroecologia, evitem a conversão de terras agrícolas para uso não agrícola e atividades extractivistas, bem como para que protejam os recursos costeiros de fins comerciais exploratórios. Mary Ann lembra-nos que "as mulheres exigem não apenas justiça social, mas alimentos, emprego digno, fontes sustentáveis de subsistência, a fim de sustentar suas famílias". As organizações feministas de base têm defendido a soberania alimentar através de

²⁵ Evans, Rachel. "Revolutionary Rojava: A polyethnic, feminist and anti-capitalist experiment" (Rojava revolucionário: uma experiência poliétnica, feminista e anticapitalista). *Links International Journal of Socialist Renewal*. 26 de outubro de 2018. Disponível em inglês em: links.org.au/revolutionary-rojava-polyethnic-feminist-anti-capitalist-experiment.

²⁶ Para mais informações sobre a interseção entre agroecologia e feminismo, leia o artigo "Sem feminismo, não há agroecologia" nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

²⁷ Nota supracitada 3.

iniciativas como zonas costeiras geridas por mulheres, bancos e transações de sementes de mulheres para mulheres e agricultura biológica. Além de promover essas iniciativas, o Congresso Nacional Rural Feminino (PKKK), uma coligação nacional de mulheres rurais e membro da Marcha Mundial das Mulheres-Filipinas, promove a continuidade da cobertura de terras agrícolas sob a reforma agrária, para a promulgação de uma lei de proteção para áreas críticas de bacias hidrográficas, e para uma revisão da legislação para alterar ou, se possível, suspender a Lei de *Tarifação do Arroz* (2019).

ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

O que muitos consideram resiliência das mulheres tem origem, na verdade, no movimento de resistência. Por outro lado, o que começou como um movimento de resistência das mulheres fortalece-se com a resiliência desse grupo através da organização colectiva.

As mulheres curdas estão a organizar-se localmente não apenas para combater as diferentes estruturas de poder em múltiplos níveis de tomada de decisão, mas também para mostrar que há alternativas possíveis. Um desses casos é a história de *Jinwar* — uma palavra que se refere ao “espaço da mulher” ou “terra da mulher” em curdo. Em 25 de novembro de 2018, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a aldeia de Jinwar foi declarada “aldeia ecológica de mulheres livres, proporcionando um espaço para as mulheres que perderam os seus maridos e outros parentes na guerra e não têm um lugar apropriado para ficar com os seus filhos. É também um espaço para mulheres que sofreram violência devido à guerra ou outras formas de opressão patriarcal. Com 30 casas, uma escola, um museu e um centro médico, Jinwar tornou-se um espaço onde as mulheres se reúnem, vivem e trabalham juntas, com base na visão de uma vida livre e comunitária”, diz Salima.

Salima refere-se a Jinwar como um projeto nascido da consciência das mulheres sobre a sua opressão. Isso reflete-se na autodescrição de Jinwar:

Reconstruir os nossos lares como refúgio de paz é um ato significativo de resistência diante da violência e da guerra. Mas longe de ser simplesmente uma coleção de casas, a vila também fornecerá um modo de vida alternativo. Com base na rica herança cultural e no conhecimento histórico das mulheres, JINWAR visa criar um modo de vida em que toda mulher possa alcançar o seu pleno potencial, livre das restrições das estruturas de poder opressivas do patriarcado e do capitalismo.²⁸

²⁸ Para mais informações sobre o JINWAR, visite: jinwar.org/about/.

De facto, a consciência crítica nutrida por um número crescente de organizações pode construir um movimento forte. No Brasil, a Marcha das Margaridas é realizada desde 2000 e reflete uma agenda sustentada contra a fome, a pobreza e a violência de género. A marcha é realizada todos os dias 14 de agosto e é considerada a ação mais massiva entre as mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das zonas pesqueiras contra a violência do agronegócio que produz o fim das propriedades agrícolas familiares e camponesas e o seu meio ambiente. A marcha é composta por várias organizações feministas de áreas rurais e urbanas.²⁹

²⁹ Para mais informações sobre a Marcha das Margaridas 2019, visite: fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/.

Como observa Michela, “as mulheres que nunca haviam participado antes em organizações têm o desejo de fazê-lo, de lutar pelos seus direitos”. Esta é também a experiência de Mary Ann com o crescente movimento de combate à misoginia e os protestos contra as execuções extrajudiciais nas Filipinas, onde as mulheres que

costumavam ficar em silêncio hoje estão a unir-se e a participar em protestos, e onde as alianças são construídas entre feministas de classe média e alta e organizações de base populares de mulheres.

Os grupos de mulheres são tão diversos quanto as suas lutas e antecedentes políticos. É lógico que os grupos de mulheres não concordam em tudo. O que precisa ser celebrado é que, no meio de conflitos multidimensionais, existem alianças táticas e ações intersectoriais que ajudam as mulheres, inclusive as mulheres jovens e meninas, a encontrar uma voz comum. Como diz Michela: “uma revolução é quando uma mulher abre um espaço no seu dia-a-dia para fazer política.”



EM RESUMO

Nenhum tipo de reconhecimento para as mulheres nos seus papéis na produção de alimentos pode traduzir-se em soberania alimentar e direito à alimentação e nutrição, enquanto houver ameaças à sua liberdade, barreiras estruturais à igualdade social e discriminação de género. Isso é ilustrado pelas experiências de mulheres e meninas que vivem nas áreas rurais de Rojava (Norte da Síria), Brasil e Filipinas, onde elas enfrentam regimes autoritários, explícitos e tácitos, que defendem políticas de direita, neoliberais, e chauvinismo nacionalista.

Três mulheres ativistas — Salima Tasdemir (curda do Reino Unido), Mary Ann Manahan (Filipinas), Michela Calaça (Brasil), escrevem sobre como esses regimes autoritários perseguiram povos e comunidades, abusaram de mulheres e meninas, favoreceram grandes empresas em detrimento de sistemas alimentares baseados na comunidade. nos seus respectivos países/regiões. Em resposta, as mulheres demonstram não apenas a sua resiliência durante as crises, mas também a sua resistência através da organização colectiva.

A maior necessidade dessas mulheres é defender a soberania alimentar, resistir ao sexismo e combater as políticas neoliberais de várias formas organizadas. Um exemplo é a criação de espaços seguros e autónomos pelas e para as mulheres curdas sob a estrutura do Confederalismo Democrático para a libertação das mulheres e para uma sociedade ecológica. Elas estabeleceram cooperativas exclusiva para mulheres, envolvidas em atividades de produção de alimentos, e outros espaços para mulheres afectadas pela guerra e violência. No caso do Brasil e das Filipinas, os grupos de mulheres são os primeiros a protestar nas ruas e a construir alianças táticas e intersectoriais para combater o aumento da violência contra as mulheres, a comunidade LGBTTIQ e outros sectores marginalizados. Também existem iniciativas de base que pressionam pelo reconhecimento do direito à terra e ao território para garantir plenamente as práticas de agroecologia e soberania alimentar.



CONCEITOS PRINCIPAIS

- Regimes autoritários em países/regiões como Rojava (norte da Síria), Brasil e Filipinas implementam políticas sexistas e neoliberais que ameaçam as mulheres e meninas, suas liberdades básicas e soberania alimentar. Esses países/regiões vivem um aumento da incidência de violência contra as mulheres, tanto como alvos diretos e indiretos da violência estatal quanto de impunidade.
- As políticas neoliberais permitem grandes plantações comerciais, a construção de represas, atividades extractivistas e outras políticas orientadas para a importação e exportação que deslocaram os sistemas alimentares baseados na comunidade e pressionaram as mulheres nas áreas rurais a procurar outros meios de subsistência. As políticas de privatização exploraram os papéis de reprodução social das mulheres e sobrecarregaram-nas ainda mais com tarefas de cuidado da família.
- Mais do que resiliência, a resistência das mulheres é necessária para "expor" questões estruturais, "opor-se" às violações dos direitos humanos e "propor" alternativas para a construção de uma sociedade melhor. As mulheres estão a exercer o seu poder de ação política, do lar à comunidade e ao Estado, a fim de obter mudanças reais e autonomia.



PALAVRAS-CHAVE

- Autoritarismo
- Sexismo
- Neoliberalismo
- Resistência feminina
- Soberania alimentar